



Jornalismo com profissão: identidade e imaginário dos jornalistas policiais de Brasília e de Goiânia

Patrícia Lima¹

Djenane Arraes²

Alfredo José Lopes Costa³

Laura Patrício⁴

Resumo: O presente artigo tem como objetivo tratar a construção de identidade profissional dos jornalistas policiais de Brasília e de Goiânia. O trabalho se estrutura em uma abordagem metodológica de pesquisa qualitativa, com método exploratório por meio de entrevistas estruturadas. Foi realizada uma pesquisa de campo que envolveu profissionais que atuaram e que ainda atuam na editoria policial de jornais impressos e televisivos. A pesquisa revela que o jornalista policial, apesar do reconhecimento do seu ofício, trabalha sob uma pressão de julgamentos negativos da sociedade, dos pares, das fontes e até de si próprio. O cenário dos dois universos pesquisados se mostrou semelhante em alguns aspectos, mas também destoantes no que dizem respeito ao entusiasmo de pertencimento dos entrevistados em relação ao campo do jornalismo policial.

Palavras-chave: Jornalista policial; Mundo Social; Sociologia da profissão.

1. Introdução

O presente artigo se dedica à análise da construção de identidade profissional dos jornalistas policiais de Brasília (DF) e de Goiânia (GO) no contexto do estatuto que

¹ Doutoranda em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal da Paraíba. Professora do Curso de Jornalismo/Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Estácio Brasília (DF).

² Mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília. Graduada em Jornalismo pela Universidade Católica de Brasília. É membro do Grupo de Pesquisa 'Jornalismo e Construção Narrativa da História do Presente', onde investiga temas do Jornalismo Cultural.

³ Mestre em administração estratégica (UFMG), jornalista (UFF), pesquisador do Grupo de Pesquisas em Ciberjornalismo (Ciberjor – UFMS), em que atua na linha de pesquisa Ensino de Jornalismo. Professor assistente no curso de Jornalismo da UFG.

⁴ Papiloscopista Policial na Polícia Civil do DF Laboratório de Processamento de Imagens Papiloscópicas. Bacharel em Química pela Universidade de Brasília (2004), especialista em Papiloscopia Policial pela Universidade Católica de Brasília (2008).

permeia a atividade. O objetivo é compreender os procedimentos de construção da identidade desses atores e como eles se posicionam no meio jornalístico. Para tal fim, foram investigadas as negociações dos profissionais em questão a respeito da identidade com os pares, com as fontes, com o público e as relações pessoais no mundo social dos jornalistas. A proposta da análise ainda permeia as diferenças entre Brasília e Goiânia, evidenciando os olhares, posicionamentos estatutários no universo da identidade profissional dos jornalistas analisados.

De acordo com o pesquisador mexicano Franco Ferrarrotti (1982, p. 127), “as pessoas querem compreender a sua vida cotidiana, suas dificuldades, suas contradições, as tensões e os produtos que lhes impõe”. Em consequência, exigem uma ciência das medições que traduza as estruturas sociais em comportamentos individuais ou microsociais. Nesse sentido, observamos como o grupo analisado, constituído por jornalistas policiais, se posiciona em relação ao meio ao qual pertence, e como são percebidos em seu próprio mundo microsociaL.

A forma como os jornalistas policiais dos dois universos analisados (Brasília e Goiânia) se colocam e se veem, nos conduz a um problema de definição estatutária, pois percebemos uma distinção de pertencimento e identificação ligados aos valores de estatuto, espaço profissional e social. São profissionais que muitas vezes colocam a passagem pelo jornalismo policial como desviante e sem escolha na trajetória de carreira. Neste sentido, o ato desviante ocorre porque as características da ação ou da pessoa que o comete torna necessário que ela cometa (BECKER, 2008).

O artigo é dividido em seis partes. Nas duas primeiras são discutidos o estado da arte e os referenciais teóricos, em que usamos abordagens de conceitos vindos da sociologia qualitativa, como comportamento microsociaL (FERRARROTTI, 1982), *Outsiders* (BECKER, 2008), identidade (GOFFMAN, 1959). Na terceira parte, abordamos a respeito dos procedimentos fundamentados no método da pesquisa exploratória e da entrevista estruturada. A quarta parte do artigo é dedicada a condução da pesquisa, em que foram agrupadas as respostas e os resultados alcançados. Na quinta parte são discutidos os resultados e é feita comparação entre os profissionais de Brasília e de Goiânia. Por fim, o artigo é concluído com considerações sobre o posicionamento dos jornalistas, as gestões das relações e as contribuições geradas por este estudo.

2. Revisão de Literatura

Jornalismo policial, de acordo com Luís Amaral (1978, p. 93), é “a especialidade jornalística que apresenta cobertura de fatos criminosos ocorridos na sociedade, transgressões de regras e acontecimentos estranhos, tendo como objetivo construir um serviço público para a população”. A publicação de notícias de crimes e dos chamados *fait divers*⁵ tiveram, por exemplo, papel importante na popularização da imprensa estadunidense, como parte constituinte da chamada *penny press* (SHUDSON, 2010). Com a imprensa brasileira, não foi diferente. Os jornais que noticiavam crimes e assuntos populares alcançavam as maiores tiragens entre os pares no final do século XIX e início do século XX (BARBOSA, 2007). No jornal brasileiro *O Paíz*, que existiu no início do século passado, há um famoso editorial publicado em dezembro de 1919 em que diz: “Os jornais, no capítulo sensacional do crime, ainda são o reflexo exato da curiosidade, do horror ou da piedade dos leitores” (BARBOSA, 2007, p. 37).

Crime vende! O terceiro maior jornal em tiragem do Brasil na atualidade é o *Super Notícia*, braço popular de *O Tempo*, de Belo Horizonte. A linha editorial desta publicação nada mais é do que ligeiras notícias policiais e sensacionalistas. Programas televisivos e radiofônicos desta especialidade jornalística são inúmeros no país e também gozam de grande audiência. Em meio a essa produção, encontra-se o jornalista policial, objeto deste estudo, ator responsável pelas construções narrativas de fascina uma importante parcela da população.

As polícias são as fontes principais do repórter policial e muitas vezes, amparado pela declaração de um policial, o jornalista dispensa ouvir o outro lado, e publica a notícia desprezando outras versões (SINESIO, 2015). Essa relação de proximidade entre repórter-fonte, envolvendo interesses de ambas as partes, explica o discurso alinhado com o das polícias presente na fala dos profissionais que, apesar de denunciarem a violência policial, a justificam como necessária ou, ao menos, compreensível. Dessa forma, acredita-se que o repórter policial atua como um auxiliar da investigação policial e fiscal do trabalho da polícia para a sociedade.

⁵ *Fait divers* são as notícias de gêneros diversos que extrapolam a normalidade do cotidiano, como graves acidentes de trânsito, crimes passionais, etc.

O imediatismo e pressões na redação por vezes força o repórter policial a noticiar crimes com poucas informações, completando lacunas da história com fatos fictícios ou deduções improcedentes, na tentativa de construir uma narrativa que desperte o interesse do público e confira um sentido à história. O jornalista Ruy Castro, na biografia sobre Nelson Rodrigues (que foi jornalista policial dos 13 aos 16 anos), revela alguns detalhes de bastidores da produção de notícias policiais. Em 1928, “os vizinhos eram ouvidos. Fofocas abundavam no quarteirão, o que permitia ao repórter abanar-se com um leque vasto de suposições. Como se não bastasse, era estimulado, quase intimado pela chefia, a mentir descaradamente” (CASTRO, 1992, p.47).

Os estudos acadêmicos sobre tal especialidade jornalística são fartos no Brasil. Muitos exploram aspectos da produção e as características da notícia, especialmente do noticiário televisivo, como por exemplo os estudos de Dannilo Oliveira (2005), de Davi Romão (2013) e de Alexandre Campello (2008). Contudo, poucos trabalhos são voltados para o estudo do profissional. Theophilos Rifiotis (1997) afirma que pouco se conhece dos agentes que produzem as notícias, sobretudo sobre os valores e juízos que formam uma espécie de matriz em torno da qual criam a sua leitura dos fatos que divulgam e analisam.

Rifiolis (1997) realizou pesquisa sobre jornalistas policiais usando entrevista em profundidade semi-estruturada. Dos seis entrevistados, todos eram homens e apenas dois possuíam diploma. Eles descreveram a função de jornalista policial como uma porta de entrada para as outras editorias do jornal, porém relataram que alguns profissionais optam por permanecer na área "apesar de ser muito discriminada entre os próprios jornalistas". O trabalho traz também atributos que são exigidos do jornalista policial, como coragem e sangue frio para lidar com o ambiente policial, o que sugere que a questão do gosto estaria presente na prática. O autor afirma que o repórter policial retrata o seu perfil profissional de forma semelhante ao de um agente de polícia.

Davi Romão (2013) discorreu ainda sobre a postura dos apresentadores dos programas policiais de televisão e identificou que a de tais profissionais é judiciosa. Ou seja, eles atribuem os papéis de vítimas e de culpados aos personagens da história que mostram, chegando a sugerir penalizações. Observação que vai ao encontro dos estudos da pesquisadora Thiara Aires (2015). Ao observar o jornalista e advogado Gil Gomes na

função de apresentador de TV, concluiu que ele agia como professor e detetive.

Todos estudos dão indicativos importantes na construção da identidade e dos imaginários que este artigo busca mostrar entre os profissionais de Brasília e de Goiânia.

3. Referenciais teóricos

O sociólogo estadunidense Erving Goffman (1985) provém base teórica e argumentativa para entender tais representações. Ao comparar a sociedade com o teatro, o sociólogo entende que as pessoas são como atores que assumem um determinado papel a ser desempenhado no palco. É justamente nesta articulação de papéis que as pessoas se reconhecem e também a si próprias. Essas personas tornam-se a segunda natureza e também parte integrante da personalidade.

Enquanto se representa, é preciso sustentar uma série de instâncias como estabelecer fachadas (aparência), desempenhar dramaticamente o papel (como ele é desempenhado), sustentar as idealizações (valores), manter o controle expressivo (condução da performance diante do público).

Ao aprendermos a desempenhar nossos papéis na vida real, guiamos nossas próprias apresentações não mantendo, demasiado consciente, uma incipiente familiaridade com a rotina daqueles como quem iremos lidar. E quando chegamos a ser capazes de dirigir convenientemente uma rotina real, isto se deverá, em parte, uma socialização antecipada, já tendo sido instruídos sobre a realidade que justamente se torna verdadeira para nós (GOFFMAN, 1985, p. 72).

O jornalista policial, assim como qualquer outro profissional, desempenha um determinado papel. De acordo com Becker (1993), o mundo social é resultado das interações que trazem sentidos compartilhados e oferece caminhos para analisar uma profissão a partir da rede de interações entre seus atores sociais. O estudioso ainda coloca que todo mundo social é caracterizado por um conjunto de convenções. No caso do jornalismo, técnicas jornalísticas, rotinas de redação, periodicidade, códigos e leis. Neste sentido, partimos do mundo social do jornalista policial no recorte pesquisado e as convenções que são tanto negociadas, como posicionadas na construção da identidade destes profissionais.

O mundo jornalístico é constituído de uma série de inter-relações entre fontes, público, patrocinadores, etc. Sobre as fontes, por exemplo, o pesquisador francês Denis Ruellan (2006), entre outros, explica que tais agentes e os jornalistas estão interligados e procuram convergências de interesses.

A produção do discurso sobre a atualidade aparece como resultado de um ajuste entre o pessoal encarregado pela informação (jornalistas e correspondentes) e as fontes. Em parte, as mídias dependem do fornecimento espontâneo de informações pelas organizações (municipais, sindicais, associativas, comerciais...), e o dia de uma equipe começa frequentemente com a consulta aos “comunicados” que chegaram nos dias anteriores e que irão constituir a trama da edição do dia seguinte. Esse estado de dependência leva os profissionais da informação a não entrar em conflito com as fontes, em particular as mais importantes sob o ponto de vista do fornecimento de informação (RUELLAN, 2006, p.33).

A construção da identidade profissional também passa pelas relações que são construídas no meio. Para Fernanda Lima Lopes (2013, p. 29), “os papéis desempenhados pelos jornalistas por meio de suas atividades fornecem elementos para sua autodefinição”.

Identidades são mais do que papéis. Enquanto as primeiras organizam significados, os segundos organizam funções. A identidade do jornalista não pode ser vista restritamente como resultado de uma prática. Sendo “construção de significado”, identidade considera os afazeres, mas também engloba os valores, as crenças, os mitos, os saberes, as representações sociais, a história, a memória, as relações de poder, além de outros elementos que são fonte de fortes ligações para os indivíduos que compõem um grupo (LOPES, 2013, p. 29-30).

Adiante, iremos apresentar alguns dados que ajudam a desvendar o estatuto e a identidade dos jornalistas policiais de Brasília e de Goiânia.

4. Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos foram estruturados para explicar o conjunto de técnicas utilizadas a partir do objetivo do trabalho em relação a identidade do jornalista policial no universo pesquisado.

Foi utilizado o método exploratório Carlos Gil (1999), tem por objetivo proporcionar maior familiaridade com o objeto pesquisado. Esse método deu suporte para esta

pesquisa, pois foi feito primeiramente um levantamento bibliográfico sobre o tema, entrevistas com pessoas que tiveram e têm experiências práticas com o problema pesquisado e, trouxe por fim, uma análise que estimulou a compreensão do tema aqui tratado. O que justifica a escolha do método.

O levantamento do *corpus* da pesquisa de campo, foi realizado por meio de uma busca no primeiro momento de veículos jornalísticos que trabalham com jornalismo policial, e posteriormente feita uma listagem de jornalistas. Para tal etapa, optamos em utilizar a técnica metodológica *snowball*, conhecida como “Bola de Neve”. Essa técnica é uma forma de amostra não-probabilística utilizada em pesquisas sociais em que os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que, por sua vez, indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (GOODMAN, 1961).

Com isso, foram contatados os jornalistas que previamente foram encontrados após pesquisa em jornais e na internet. Convidado para participar do desenvolvimento do trabalho, o jornalista que aceitou participar foi solicitado a indicar outro para colaborar com a pesquisa. Esse procedimento viabilizou o estudo diante de um cenário de amostragem reduzido nas duas cidades. Segundo Leo Goodman (2009), a técnica “Bola de Neve” é uma viabilidade coerente tendo em vista que não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na amostra.

O procedimento foi importante para o trabalho, pois possibilitou que os entrevistados fossem contatados e também constatar a rede profissional que é mantida pelos jornalistas policiais nas duas cidades. A partir da técnica foi possível atingir dezoito entrevistados, sendo oito de Brasília e dez de Goiânia. Eles trabalham em jornais impressos, canais de televisão e assessorias de imprensa.

Partindo da escolha de entrevistas estruturadas, os participantes responderam dois blocos de perguntas. O primeiro direcionado a identificação do participante e o segundo centrado na função.

Ainda estruturamos os procedimentos no que Gil (1999) afirma ao dizer que métodos de pesquisa qualitativa estão voltados para auxiliar os pesquisadores a compreenderem pessoas e seus contextos sociais, culturais e institucionais. Neste sentido, a pesquisa perpassa pelo objetivo de entender a construção identitária do jornalista policial

nos âmbitos de Brasília e Goiânia e como se dá as negociações deste profissional com seus pares, fontes, público e etc.

4.1. Condução da pesquisa

O roteiro de perguntas das entrevistas foi dividido em duas partes. A primeira, um questionário com perguntas que visavam identificar idade, gênero, formação acadêmica e atual função no campo profissional. Todos os entrevistados de Brasília são homens com idade entre 25 e 65 anos. Dentre os entrevistados de Goiânia, oito são homens e duas mulheres. Os jornalistas goianos têm idade entre 23 e 51 anos. Todos os entrevistados são formados em jornalismo. Dos 18 entrevistados, quinze ocupam a funções em redação e três trabalham atualmente como assessor de imprensa, porém já atuaram como jornalistas policiais.

Na segunda parte da entrevista, foram elaboradas perguntas subjetivas que pudessem possibilitar análises a respeito de: a) auto avaliação como profissional; b) relação com os pares; c) relação com as fontes e com o público; d) impacto dessas relações na profissão e na vida pessoal; e) parâmetros para o comparativo entre Brasília e Goiânia. As perguntas foram elaboradas no intuito de verificar se tais perspectivas poderiam revelar estatutos do jornalista policial das duas cidades. A respeito dos entrevistados, tivemos de descartar as considerações de dois deles. O primeiro porque abordou o trabalho como assessor de imprensa em um órgão de segurança pública, e o segundo porque se identificou como jornalista político e por ter direcionado as respostas para tal especialidade.

5. Resultados

5.1. Auto avaliação como profissional

A primeira pergunta, “como você se define como profissional”, gerou respostas em que os jornalistas entrevistados se julgaram como bons profissionais, competentes e éticos. Outras palavras usadas para se definirem foram: “correto”, “apaixonada”, “comprometido”, “questionador”, “chato”, “provocador”, “inovador”. Vários alegaram que são funcionários ativos, dispostos, e que “não têm preguiça de trabalhar”. Outros

aproveitaram para alegar aspectos negativos da profissão, como a pouca valorização salarial e da sociedade, além da quantidade de trabalho marcada em frases como: "não durmo e trabalho demais" ou "acordo às três da manhã".

Tais discursos dos entrevistados não revelam particularidades específicas do jornalismo policial. As respostas correspondem aos estatutos dos jornalistas a respeito da própria atividade. O jornalista é "ensinado" a ser ético, comprometido, guardião da democracia, vigilante da justiça e da verdade. Para Kovach e Rosenstiel (2014, p. 9), os propósitos do jornalismo (e do jornalista, por tabela) são, entre outros, ter obrigação com a verdade, ser monitor do poder, ser crítico e compromissado. Estes mesmos discursos estão inseridos no código brasileiro de ética do jornalista⁶. O artigo nº 9, por exemplo, diz que o dever do jornalista é, entre outros, lutar pela liberdade de pensamento, combater e denunciar todas as formas de corrupção, e opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e a opressão.

Quando perguntado sobre o papel que desempenha na sociedade, a maior parte dos entrevistados apresentou uma visão semelhante acerca do jornalista ser um agente importante. O objetivo que eles atribuíram ao próprio trabalho é a de informar, de educar e de difundir conhecimento às pessoas. Um entrevistado (homem, 65 anos, radialista de Brasília) se colocou na posição de formador de opinião, outra entrevistada (mulher, 50 anos, jornal impresso de Goiânia) sentenciou: "Não há informação sem o trabalho do jornalista".

Além da função de suprir a sociedade com informações relevantes, um entrevistado atribuiu outras funções ao jornalista policial: a de auxiliar a investigação, e de intermediar uma comunicação entre a polícia e a população. "A polícia utiliza nossos serviços, divulgando imagens de suspeitos", afirmou. Outro concluiu que a função do jornalista "é de poder", na qual ele "é o responsável por passar uma informação para pessoa que não pode" estar presente no local, buscar essa informação ou agir por conta própria em caso de ter sido vítima.

Avaliamos essas respostas como uma tentativa de negociar um estatuto profissional por jornalistas que são, por vezes, minimizados pelos seus próprios pares,

⁶ O código de ética do jornalista pode ser consultado na íntegra no *website* da Associação Brasileira de Imprensa: <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/> Acessado em julho de 2017.

conforme descrito no item seguinte.

5.2. Relação com os pares

Foi perguntada qual era a relação dos jornalistas com os colegas de trabalho. Quase todos os entrevistados responderam que era positiva. Foram usadas palavras e expressões como: “ótima”, “muito boa”, “excelente”, “a melhor possível”, “franca”, “respeito”, “de parceria”. Ou seja, são falas de sentido corporativista que visam a valorização da comunidade jornalística e que pouco dizem das identidades e estatutos que perseguimos nessa pesquisa. Apenas uma entrevistada, de Goiânia, falou as relações entre os pares de forma negativa, definindo a relação como “complicada” e concluindo “o que predomina é muita puxação de tapete”.

Quando foi mudado o direcionamento da questão, e foi perguntado se havia discriminação por causa do trabalho e por parte de quem, a maior parte das respostas revisaram esse discurso corporativista. Um dos entrevistados citou o termo "jornalismo sensacionalista" para descrever como outras pessoas definem seu trabalho de jornalista policial. Essa percepção também aparece em uma afirmação feita por outro entrevistado acerca do público: "como ouvi do meu editor chefe, todo mundo fala mal, mas todo mundo lê notícias policiais".

Também foi possível verificar um desprestígio das matérias policiais. Na fala de um entrevistado (homem, 25 anos, jornal impresso de Brasília) houve a alegação de sentir discriminação por parte de colegas mais experientes, que trabalham com “pautas mais relevantes”. Outra entrevistada disse (mulher, 50 anos, jornal impresso de Goiânia) sentir discriminação “por parte de todos que acreditam que a cobertura policial é simples de ser feita. Dentro e fora das empresas de comunicação, o repórter de polícia é discriminado ao se candidatar a outras funções e posições”.

O sentimento de desvalorização pode ser percebido em outros discursos dos entrevistados. Para esses, as notícias policiais têm caráter sensacionalista e degradante, mesmo que, como declarou um deles, “o conteúdo seja utilizado para uma boa causa, como conscientizar e divertir a população”. Conforme aponta Ruellan (2006):

A sociologia profissional já demonstrou que o julgamento dos pares pesa

muito sobre as motivações e os atos dos jornalistas no trabalho. Podemos de fato salientar que o jornalista é um público particular do jornalismo, porque ele vigia a produção dos colegas como fontes possíveis ou como concorrentes a superar. (RUELLAN, 2006, p. 36)

As duas jornalistas entrevistadas também alegaram discriminação por atuarem em uma especialidade tipicamente masculina. Elas foram as únicas a citarem os prêmios que receberam ao longo da carreira. “Ganhei dois prêmios, um da PM, outro da Guarda Civil. E ganhei o prêmio de cidadã de Aparecida de Goiânia. Já ganhei prêmios nacionais e estaduais de jornalismo (Associação dos Magistrados Brasileiros, Embratel, OAB/GO, MP-GO e duas vezes indicada ao Prêmio Esso)”, disse uma delas. Entendemos isso como um argumento que visa a legitimação dessas profissionais frente aos pares masculinos. Isso aponta para um possível problema de gênero dentro das editorias policiais.

Os dois jornalistas mais jovens alegaram discriminação por conta da menor experiência em relação aos pares mais velhos. Um deles reclamou que alguns colegas eram pouco receptivos com o estilo diferente e próprio que tentava empregar nas matérias. Quanto a esse ponto, não é uma discriminação típica de editorias, mas do próprio confronto geracional. Os mais jovens são menos afetos a seguirem regras e normas do fazer jornalismo, estabelecidas por pares mais experientes. Ao trazerem mudanças, e quebras de regras, esses jovens profissionais trazem inovações que podem levar a pequenas mudanças no jornalismo.

Os dois únicos entrevistados que afirmaram não sentir discriminação por conta do trabalho atuam como assessores de imprensa. Um terceiro entrevistado, que ocupa atualmente o cargo de assessor de imprensa, iniciou a resposta afirmando não ter sentido discriminação. Porém seguiu acrescentando que a editoria policial era sem glamour. “Não é como a [editoria de] política que você vai cobrir Câmara, vai no Congresso. Você não vai fazer entrevista com senador. Então acaba que você vai mexer com ‘peba’ mesmo, você vai na delegacia, vai no local do crime, que na maioria das vezes são lugares das periferias de Brasília. Então é meio complicado. A discriminação é com o próprio repórter policial”, resumiu.

5.3. Relação com as fontes e com o público

Neste tópico, foram questionadas quem eram as fontes e a recepção que as mesmas tinham em relação ao trabalho. As respostas foram diversificadas. Os jornalistas policiais usam como fonte de informação as próprias polícias (civil, militar, federal) e os respectivos agentes que formam a corporação. Também são fontes os militares, os amigos, os colegas de profissão, outros veículos de imprensa, a população civil, as pessoas que testemunharam algum crime e também os próprios criminosos. Apenas um dos entrevistados disse recorrer também a documentos oficiais, dados e a especialistas acadêmicos. O modo como contatam as fontes é por meio de redes sociais, sendo que o aplicativo WhatsApp é o mais citado. Telefone, internet e abordagem pessoal também foram citados.

A maioria dos entrevistados afirma que estabelece uma relação de aproximação profissional amistosa e até mesmo de amizade como as principais fontes. Usaram palavras como: “excelente”, “respeito”, “confiança”. Um deles admitiu que tinha amigos de infância na polícia. Alguns, no entanto, afirmaram que preferiam manter uma relação de distância e profissional. A questão do sigilo também foi abordada nas entrevistas, contudo, o sentido não era de proteção da fonte e sim por uma questão de manter a exclusividade da informação. “Às vezes você encontra uma boa fonte nas pessoas que nem imagina. Naquelas pessoas mais simples”, afirmou um deles (homem, 46 anos, radialista em Goiânia).

Dois dos entrevistados de Goiânia admitiram ter uma relação de tensão e de desconfiança com as fontes, por “não praticarem o jornalismo chapa-branca”. Ou seja, por não endossarem o discurso das corporações policiais, disseram se sentir ameaçados.

Assim como recomenda a maioria dos manuais de redação, grande parte dos entrevistados disseram procurar escrever de forma simples e direta para que possam ser bem compreendidos por todas as camadas da população. Muitos confessam que o teor dos textos é direcionado de acordo com o tipo do público do veículo em que trabalham. Um dos entrevistados, por exemplo, disse que escreve “para o leitor que pensa que bandido bom é bandido morto”. Os entrevistados que trabalham em programas televisivos de jornalismo policial ainda mostraram a preocupação com as crianças, que são audiência devido ao horário acessível. Por isso disseram adotar alguns cuidados para minimizar o impacto de certas imagens e tomam cuidado com o linguajar. Dois dos

entrevistados confessaram não pensar no público, que a preocupação maior está na produção de um bom texto.

A recepção do público parece ser dúbia. Como foi colocado por um entrevistado, "nas redes sociais, reclamam e elogiam na mesma medida, mas consideram uma função importante". Uma das entrevistadas disse ser muito popular entre o público, sendo, inclusive, presenteada e elogiada nas ruas. Outro entrevistado relatou que o trabalho que desempenha se tornou popular a ponto de receber ligações de pessoas na madrugada relatando problemas e crimes a ele antes mesmo de recorrerem a própria polícia e aos órgãos capacitados.

Outro entrevistado (homem, 34 anos, jornal impresso de Brasília) acredita que parte da população os admira, e que os amigos consideram os jornalistas pessoas intelectuais e inteligentes. A crença de que o jornalista é também um educador aparece na fala de outro entrevistado. Ele vê a própria função como sendo "mostrar ao brasileiro que a realidade não é como ele pensa" e "mostrar aos jovens que o caminho da criminalidade não é o melhor caminho". Esses são exemplos de ações que o jornalista toma para reforçar o papel que assume como professor na construção da identidade dele.

Percebemos assim que o próprio universo do jornalismo policial a respeito das relações com fontes e público é a de proximidade com as polícias e com os elementos que circundam as matérias sobre crimes: vítimas, testemunhas e criminosos. E que essa dinâmica é que indica a construção da identidade do jornalista policial, como será discutido mais detalhadamente a seguir.

5.4. Impactos nas relações profissionais e pessoais

Exercer a função de jornalista policial traz impactos significativos na vida pessoal dos entrevistados. Com a exceção de dois deles, que afirmaram não sofrerem impactos pessoais "por não levarem a desgraça para dentro de casa", todos afirmam que o teor das matérias e as relações estabelecidas no trabalho geram consequências. Um deles diz sofrer de estresse, de ansiedade e de doenças crônicas. Uma das jornalistas de Goiânia afirmou sentir falta de segurança, ter medo e afirma que já sofreu ameaças de morte. Disse ainda que a rotina nas notícias de crime a fizeram naturalizar esse mundo a ponto de adotar certas falas e posições que chocam amigos e parentes.

Segundo Becker (2009, p. 181), quando discute a teoria da rotulação, os atores podem se colocar em circunstâncias que tornam mais difíceis levar adiante as rotinas normais, incitando-os a ações “anormais”. Isso fica evidente no discurso da jornalista de Goiânia supracitada. Cuidados especiais que jornalistas tomam a respeito da própria segurança e na condução das atividades cotidianas fora do trabalho são evidenciados nas entrevistas realizadas. Por outro lado, Becker ressalta que um ato pode ser considerado ou não desviante de acordo com a reação de outras pessoas a ele. Nesse sentido, deixamos a sugestão de uma extensão da pesquisa aqui iniciada em direção a recepção do trabalho do jornalista policial sob a ótica dos estudos de recepção.

5.5. Comparativo entre Brasília e Goiânia

Os profissionais de Goiânia apresentaram-se mais conformados e satisfeitos com o trabalho do que os de Brasília. Estes consideraram a atuação como jornalista policial como uma profissão qualquer. Os profissionais de Brasília apresentaram mais queixas com relação ao trabalho, como por exemplo, o tempo dedicado à função. Eles ainda compartilham a sensação de discriminação pouco apontada pelos entrevistados de Goiânia. Não foi possível concluir a razão dessa diferença de postura pelas entrevistas. Por outro lado, pode-se trabalhar com a hipótese de que Brasília, por ser o centro do poder, faz com que os profissionais valorizem mais a editoria de política.

De maneira geral, os entrevistados de Brasília disseram recorrer mais às fontes oficiais do que os profissionais de Goiânia. As falas brasilienses indicam que há mais sintonia ao discurso “chapa-branca”, agradável às corporações de segurança pública e a visão conservadora. As falas goianas sugerem confronto e questionamentos aos discursos oficiais. Foram justos esses profissionais que alegaram receber ameaças de morte.

6. Considerações Finais

Neste trabalho, foram analisados os processos de construção da identidade de um grupo de jornalistas policiais de Brasília e Goiânia, afim de entender como estes profissionais negociaram e se posicionaram perante seus pares, fontes, público e etc. Para isso, utilizamos o método qualitativo de entrevistas estruturadas a fim de desvendar

identidade e estatuto dentro de uma ótica microssocial. Também fizemos o estado da arte sobre trabalhos e estudos no contexto da temática de jornalismo policial.

Durante a pesquisa, os entrevistados expressaram visões de mundo associadas à maneira como eles se definem, se posicionam e convivem com o trabalho, pares, fontes e público. A partir disso, observamos uma articulação para gestão das interações como também de relações pessoais. Percebemos que o jornalista policial, apesar do reconhecimento do seu ofício, trabalha sob uma pressão de julgamentos negativos da sociedade, dos pares, das fontes e até de si próprio. Um dos entrevistados repete alguns dos discursos da profissão de que a função dos jornalistas é “informar com relevância”. Ao fim, ele diz que jornalistas mais experientes cobrem assuntos mais relevantes.

O cenário dos dois universos pesquisados se mostrou semelhante em alguns aspectos, como o posicionamento com os pares, fontes e público. Por outro lado, foram identificados pontos destoantes no que dizem respeito ao entusiasmo de pertencimento dos entrevistados em relação ao campo do jornalismo policial. Os jornalistas de Goiânia relataram a atividade como algo estável e prazeroso, enquanto no universo brasiliense, a maior parte dos entrevistados usaram o jornalismo policial como uma passagem para outras editorias. Goiânia apresentou jornalistas mais jovens, com o desejo promover transformações na editoria. Também foi a cidade onde foram encontradas as duas únicas mulheres desta pesquisa. Elas nos deram indicativos de que existem tensões quanto ao gênero na prática do jornalismo policial.

Consideremos que seria importante haver uma continuidade de pesquisas neste âmbito da sociologia profissional de jornalistas policiais em outras cidades, a fim de entender como esses profissionais compreendem suas vidas, seus posicionamentos e por fim como negociam seu estatuto no contexto do mundo social.

Referências

- AIRES, T. ROZENZWEIG, P. **A Identidade cultural do jornalismo policial chumbo grosso**. Revista Panorama , PUC Goiás, vol. 5, n.1, 2015.
- AMARAL, L. **Técnica do jornal periódico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- BARBOSA, M. **História cultural da imprensa: 1900 – 2000**. Rio de Janeiro: MauadX, 2007.

BECKER, H. S. **Outiders**: Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

CAMPELLO, A. **Novo olhar sobre os telejornais policiais**: interação pelo formato. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

CASTRO, R. **O anjo pornográfico**: a vida de Nelson Rodrigues. Rio de Janeiro, RJ: Companhia das Letras, 1992.

FERRARROTTI, F. Acerca de la autonomia del método biográfico. *In*: DOVIGNAUD, J. **Sociologia del conocimiento**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOFFMAN, I. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petropolis, RJ: Vozes, 1985.

GOODMAN, L. Snowball Sampling. *In*: **Annals of Mathematical Statistics**, 32:148-170, 1961.

KOVACH, B. ROSENSTIEL, T. **The elements of journalism**: what newspeople should know and the public should expect. Nova York: Three Rivers Press, 2014.

LAGE, N. **Conceitos de jornalismo e papéis sociais atribuídos aos jornalistas**. *In*: Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, vol.1, n.1 p.20-25, Jan-Jul, 2014.

LOPES, F. L. **Ser jornalista no Brasil**: identidade profissional e formação acadêmica. São Paulo: Paulus, 2013.

OLIVEIRA, R. **Jornalismo policial, gênero e modo de endereçamento na televisão brasileira**. Colóquio internacional Televisão e Verdade. Universidade Federal da Bahia, 2008.

RIFIOTIS, T. Et al. **O Repórter Policial e a sua Imagem da Violência e da Ação Policial**. São Paulo, XXI Congresso Latinoamericano de Sociologia, 1997.

ROMÃO, D. **Jornalismo policial**: indústria cultural e violência. São Paulo, USP, 2013.

SINESIO, V. MOURA, S. **Casos policiais**: para um jornalismo além do boletim de ocorrência. Campo Grande, UFMS, SBPJor, 2015.